



LEI Nº 6873

Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Município, no interesse público, fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte, o depósito e o emprego de fogos de artifício.

Art. 2º - São considerados fogos de artifício:

- a) Os fogos de vista, sem estampido;
- b) os fogos de estampido;
- c) os foguetes com ou sem flecha de apito ou de lágrimas;
- d) os demais dispositivos pirotécnicos destinados a provocar a explosão de uma carga.

Art. 3º - As fábricas e depósitos de fogos de artifício só serão permitidos a uma distância mínima de 2 (dois) quilômetros da área urbana, ficando suas instalações subordinadas ao estabelecido pelos regulamentos do Município e Legislação Federal.

Parágrafo único - Nos prédios a que se refere o "caput" do artigo não será permitida a venda de fogos a varejo.

Art. 4º - É proibido depositar, comercializar ou conservar fogos de artifício, bem como queimar ou permitir a queima em prédios residenciais ou de uso misto.

Art. 5º - É proibido depositar, comercializar ou conservar nas vias públicas, embora provisoriamente, fogos de artifício bem como queimar ou permitir a queima em locais de grande concentração popular.

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	PLE	PL	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				
DOE	26-07-91	15				27732.91.6	X		



.....

2

Parágrafo único - É permitida a exibição de "show" pirotécnico mediante a responsabilidade de profissional habilitado com licença prévia do órgão competente.

Art. 6º - Somente serão vendidos fogos de artifício a maiores de 18 (dezoito) anos de idade.

Parágrafo único - Excetua-se a este artigo aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

Art. 7º - Nenhum estabelecimento comercial poderá expor à venda, a varejo ou por atacado, os produtos constantes da presente Lei, sem licença prévia do órgão competente.

Parágrafo único - Os fogos de artifício só poderão ser expostos à venda devidamente acondicionados e com rótulos explicativos de seu efeito e de seu manejo e onde estejam discriminadas sua denominação usual, sua classificação e sua procedência.

Art. 8º - Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício deverão informar à Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio os estoques existentes.

§ 1º - A Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio estabelecerá a quantidade máxima de fogos de artifício que poderá ser armazenada nos estabelecimentos que os comercializam.

§ 2º - Os estabelecimentos referidos no "caput" deste artigo deverão ser vistoriados trimestralmente, para verificação das condições de conservação e acondicionamento dos produtos, objeto desta Lei.

Art. 9º - O descumprimento dos artigos 5º, 6º e 7º acarretará pena de multa de 5 (cinco) Unidades de Referência Municipal e, no caso de reincidência, também, cassação do alvará de licença do estabelecimento, se for o caso, bem como a apreensão dos fogos sob venda irregular.

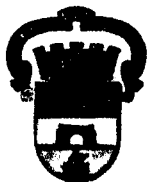
Art. 10 - A presente Lei será regulamentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 25 de julho de 1991.


Olívio Dutra,
Prefeito.



José Luiz Vianna Moraes,
Secretário Municipal da Produção, Indús-
tria e Comércio.

Registre-se e publique-se.

H. M.

Hélio Corbellini,
Secretário do Governo Municipal.